



235

ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental COM AAF	07030000416/19	20/05/2019.10:32:16	NUCLEO PARACATU

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00221918-6 / ALEXANDRE ARAUJO DE RESENDE	2.2 CPF/CNPJ: 278.548.416-91	
2.3 Endereço: RUA IPE ROXO, 223	2.4 Bairro: COND. RETIRO DAS PEDRAS	
2.5 Município: BRUMADINHO	2.6 UF: MG	2.7 CEP:
2.8 Telefone(s):	2.9 E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00221918-6 / ALEXANDRE ARAUJO DE RESENDE	3.2 CPF/CNPJ: 278.548.416-91	
3.3 Endereço: RUA IPE ROXO, 223	3.4 Bairro: COND. RETIRO DAS PEDRAS	
3.5 Município: BRUMADINHO	3.6 UF: MG	3.7 CEP:
3.8 Telefone(s):	3.9 E-mail:	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Varzea Bonita e Sao Miguel	4.2 Área Total (ha): 2.263,5027		
4.3 Município/Distrito: PARACATU	4.4 INCRA (CCIR):		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 24733	Livro: 002	Folha: 24.327	Comarca: PARACATU
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 328.268	Datum: SAD-69	
	Y(7): 8.072.041	Fuso: 23K	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 28,37% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)

7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	2.263,5027
Total	2.263,5027
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica	795,2521
Nativa - com exploração sustentável/manejo	376,9084
Infra-estrutura	143,6366
Pecuária	819,5293
Outros	128,1763
Total	2.263,5027

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				Área (ha)
				104,4521
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		98,0377	ha	
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO		Quantidade	Unidade	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca		95,0770	ha	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				95,0770
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				95,0770
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SAD-69	23K	328,268	8.072.041
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Pecuária				95,0770
	Total			95,0770
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA	USO NA PRÓPRIA PROPRIEDAD	2.680,34	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):	(dias)			
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Vulnerabilidade natural média.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

11- ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS< ESTUDO E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

O processo se encontra devidamente formalizado conforme determina a Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905 de 12 de agosto de 2013, bem como as orientações gerais emanadas pelos setores competentes.

Instrui o presente processo o Plano de Utilização Pretendida com o inventário florestal, que atendeu as determinações contidas nos anexos da referida resolução, trazendo em resumo as informações sobre o seguinte: objetivo e justificativas da intervenção, caracterização do empreendimento, análises dos impactos ambientais prováveis e propostas mitigadoras e cronogramas de execução das operações de exploração.

O inventário florestal, bem como as informações a cerca do meio físico e meio biótico estão em consonância com a realidade com o ecossistema local.

12- PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

1-HISTÓRICO:

Data da formalização: 20/05/2019

Data da vistoria: 10/06/2019

Data do pedido de informação complementar: 24/07/2019

Data do atendimento do pedido de informação complementar: 02/09/2019

Data da emissão do parecer técnico: 12/09/2019.

2-OBJETIVO:

O objetivo desse parecer é analisar a viabilidade de atendimento da solicitação do empreendedor, para intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa em uma área de 98,03,77 ha de vegetação nativa classificada como cerrado típico.

A pretensão do requerente é a formação de pastagem para o desenvolvimento da pecuária.

3-CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:

Mediante vistoria "in loco" levantei as características das áreas requeridas, constatando o seguinte:

O imóvel denominado Fazenda São Miguel, localizada no Município de Paracatu-MG possui uma área total de 2.263,50,27 ha, equivalente a 45,26 módulos fiscais.

O empreendimento tem como principal atividade a pecuária.

As atividades desenvolvidas na propriedade após a classificação das atividades segundo os critérios apresentados pela Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017, bem como informados pelo requerente indicam que as atividades são passíveis de licenciamento ambiental, portanto, foi apresentado o Certificado de Licenciamento Ambiental, LOC nº 027/2016 com validade até 31/10/2022.

A Sede do Empreendimento está localizada na Fazenda Várzea Bonita, Km 85,5 da Rodovia 040, conforme consta no Certificado de licenciamento.

As atividades que serão desenvolvidas na área requerida não serão utilizadas recursos hídricos.

A topografia varia de plana a suave declividade e o solo se classifica como latossolo vermelho amarelo.

3 -1- Da Reserva Legal

A área destinada a reserva legal é de 724,02,91 há constituída por cerrado típico e se encontra regularizada no CAR e apresentam características que indicam sua regularidade, devendo sua aprovação definitiva ocorrer após a implantação dos módulos de análise do Cadastro Ambiental Rural.

A topografia varia de plana a média declividade com solo classificado como latossolo vermelho amarelo.

A reserva legal da propriedade se encontra preservada.

3 -2- Área de Preservação Permanente

As áreas de preservação permanentes estão localizadas ao longo dos cursos d'água e no entorno dos lagos e se encontram preservadas.

3 - 3- Utilização dos recursos Hídricos

Conforme as características do projeto apresentado, não haverá utilização dos recursos hídricos, portanto, não haverá necessidade de outorga de recursos hídricos para tal atividade.

4- Da Autorização para Intervenção Ambiental.

Considerando as informações prestadas anteriormente constato a viabilidade ambiental do projeto apresentado sendo possível o DEFERIMENTO do pedido da intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa em uma área de 95,07,70 ha de vegetação nativa classificada como cerrado típico.

Fica indeferida uma área de 2,96,07 ha em atendimento do art. 2º da Lei nº 13.047/1998

Rendimento Lenhoso:

Conforme inventário florestal apresentado e após conferência em campo, o volume de lenha nativa é de: 2.763,81 m³ de lenha, com média de 28,19 m³ por ha. Para a área autorizada 95,0770 ha o rendimento lenhoso é: 2.680,34 m³ lenha de floresta nativa.

238
[assinatura]

As espécies suprimidas são: Sambaíba, pau terra, cagaita, pimenta de macaco, entre outras.

Nos locais de intervenções não ha espécies protegidas por lei, bem como não ha espécies ameaçadas de extinção.

5-Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

Toda atividade antrópica exerce impactos no meio ambiente, para minimiza-los, em muitos casos, pode-se programar determinadas medidas, visando o desenvolvimento sustentável da atividade produtiva.

5-1-Impactos sobre o meio físico

a) Alteração da paisagem local

A intervenção é considerado um impacto de média magnitude, negativo e local

b) Alteração das condições químicas, físicas e biológicas do solo

O solo irá sofrer alterações com as atividades de desmatamento realizado por máquinas.

c) Alteração da qualidade das águas superficiais

Haverá carreamento de partículas de solo com as atividades das máquinas no local.

d) Alteração da qualidade das águas subterrâneas

Os contaminantes decorrentes das máquinas em operação como graxas, óleo e combustível na área poderá percolar no solo, podendo atingir o lençol freático e alterar a qualidade de suas águas. É um impacto negativo, de baixa magnitude, local e direto.

e) Alteração da qualidade do ar

Com as atividades de máquinas no local haverá emissão de partículas sólidas.

5-2-Impactos sobre o meio biótico

a) Perda da vegetação

Haverá supressão da vegetação no local, portanto haverá redução da vegetação local.

b) Redução da diversidade florística

Esta intervenção acarretará redução da diversidade florística.

c) Mortandade das espécies

O contato da fauna com os seres humanos aumenta a possibilidade de acidentes que poderá provocar a morte de diversos elementos da fauna no local no período de implantação do empreendimento. É um impacto de baixa magnitude, negativo e local

5-3-Impactos sobre o Meio Sócio-Econômico

a) Geração de emprego e renda

Tanto para implantação do empreendimento quanto para a sua manutenção, será utilizada a mão- de- obra local, aumentando o nível de emprego e renda da população na área de influência do empreendimento, além do aumento da produção de alimentos. Portanto este é um impacto positivo, de alta magnitude e permanente.

Medidas Mitigadoras

a) Implantação de práticas de conservação de solo

Esta medida tem como finalidade a mitigação dos impactos à susceptibilidade à erosão dos solos, conseqüentemente, reduzindo os impactos relacionados à própria erosão do solo, a alteração das águas superficiais e as alterações físicas do solo, uma vez que estas práticas funcionando eficientemente não permitirão o carreamento dos sedimentos aos cursos d'água.

b) Preservação da flora e fauna

Na propriedade, as áreas de reserva legal e demais áreas de preservação permanente serão mantidas preservadas. Esta medida visa atenuar os impactos sobre a flora e fauna da região.

239
[Handwritten signature]

c) Potencialização dos impactos positivos relativos ao meio sócio-econômico

A potencialização dos impactos positivos se dá, a partir da preferência do empreendedor em adquirir bens e serviços no comércio local, bem como a contratação de mão-de-obra local.

6- Conclusão

Assim, opino pelo DEFERIMENTO do pleito do requerente, de acordo com o parecer técnico acostado ao processo, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.344, de 23 de janeiro de 2019.

7- Condicionantes

- Preservar as demais áreas de reserva legal e de preservação permanente da propriedade;
- Fazer o cercamento das áreas de preservação permanentes e de reserva legal que fazem divisas com as áreas de pastagem no prazo de 120 dias após a emissão do DAIA;
- Averbar uma área de reserva legal de 2,96,07 ha em atendimento do art. 2º da lei nº 13.047/1998, no prazo de 60 dias após a emissão do DAIA;

8- Prazo:

24 meses

- Preservar as demais áreas de reserva legal e de preservação permanente da propriedade;
- Fazer o cercamento das áreas de preservação permanentes e de reserva legal que fazem divisas com as áreas de pastagem no prazo de 120 dias após a emissão do DAIA;
- Averbar uma área de reserva legal de 2,96,07 ha em atendimento do art. 2º da lei nº 13.047/1998, no prazo de 60 dias após a emissão do DAIA;

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

JOAQUIM GREGORIO DE OLIVEIRA - MASP: 0869765-8

[Handwritten signature]
[Stamp: JOAQUIM GREGORIO DE OLIVEIRA, CREA 36025/D]

14. DATA DA VISTORIA

segunda-feira, 10 de junho de 2019

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

17. DATA DO PARECER

medida visa atenuar os impactos sobre a flora e fauna da região.

c) Potencialização dos impactos positivos relativos ao meio sócio-econômico

A potencialização dos impactos positivos se dá, a partir da preferência do empreendedor em adquirir bens e serviços no comércio local, bem como a contratação de mão-de-obra local.

6- Conclusão

Assim, opino pelo DEFERIMENTO do pleito do requerente, de acordo com o parecer técnico acostado ao processo, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.344, de 23 de janeiro de 2019.

7- Condicionantes

- Preservar as demais áreas de reserva legal e de preservação permanente da propriedade;
- Fazer o cercamento das áreas de preservação permanentes e de reserva legal que fazem divisas com as áreas de pastagem no prazo de 120 dias após a emissão do DAIA;
- Averbar uma área de reserva legal de 2,96,07 ha em atendimento do art. 2º da lei nº 13.047/1998, no prazo de 60 dias após a emissão do DAIA;

8- Prazo:

24 meses

- Preservar as demais áreas de reserva legal e de preservação permanente da propriedade;
- Fazer o cercamento das áreas de preservação permanentes e de reserva legal que fazem divisas com as áreas de pastagem no prazo de 120 dias após a emissão do DAIA;
- Averbar uma área de reserva legal de 2,96,07 ha em atendimento do art. 2º da lei nº 13.047/1998, no prazo de 60 dias após a emissão do DAIA;

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

JOAQUIM GREGORIO DE OLIVEIRA - MASP: 0869765-8

14. DATA DA VISTORIA

segunda-feira, 10 de junho de 2019

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº. 455/2019

Manifestação Jurídica Elaborada nos termos da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Venho apresentar manifestação jurídica relativa ao processo 07030000416/19, de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, referente à Fazenda São Miguel, em nome de Alexandre Araújo de Resende, localizado no município de Paracatu/MG, a fim de que seja apreciado pelos Senhores.

O presente processo de intervenção de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, se encontra devidamente formalizado, em conformidade com o exigido pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905/2013. Conforme decisão do parecer técnico e pelo apresentado aos autos do processo verificou-se que o empreendimento se enquadra nas exigências legais para que seja concedido o pedido de intervenção de supressão em uma área de 98,0377 hectares.

Posto isto, conclui-se que o requerimento é juridicamente viável. Opinamos pelo DEFERIMENTO da supressão da vegetação nativa de 95,0770 ha, e pelo INDEFERIMENTO de 2,96,07 ha do pleito do requerente, em atendimento do art. 2º da Lei nº 13.047/1998, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.344, de 23 de Janeiro de 2018.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

GISELE MARTINS DE CASTRO - 1478081-1

GISELE MARTINS DE CASTRO
Coordenação Regional de Controle
Processual e Autos de Infração
URFbio Noroeste

17. DATA DO PARECER

segunda-feira, 14 de outubro de 2019

